

**Educação patrimonial para estudantes do município de Passo de Torres- SC:
Uma análise da percepção acerca da valorização preservação e difusão do
patrimônio arqueológico.**

Carolina Porto Luiz
Geovan Martins Guimarães

RESUMO:

A região sul catarinense contém uma história datada de 11 mil anos, trata-se de sítios arqueológicos de diferentes tipologias, como: Caçadores-coletores, sambaquieiros, guaranis e jês. Conhecer esse patrimônio é muito importante num processo de reconhecimento da memória das populações indígenas que viveram nessa região, como também num processo de sensibilização e preservação dos patrimônios arqueológicos existentes. As atividades de educação patrimonial são medidas realizadas que visam a discussão, difusão, valorização e construção do conhecimento acerca dos patrimônios culturais. A presente pesquisa busca analisar se as atividades de educação patrimonial causam impacto na comunidade escolar de modo a sensibilizar os estudantes na valorização, preservação e difusão do patrimônio arqueológico do município de Passo de Torres-SC. A pesquisa é de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, a fim de compreender através de questionários prévios e posteriores as atividades educativas desenvolvidas com as turmas do sexto ano, o processo de construção de pensamento e conhecimento acerca dos povos indígenas na região de Passo de Torres- SC. Para a fundamentação teórica foram utilizados os autores: Campos (2018), D'aléssio (2012), Farias (2010), Kneip, Farias e Deblasis (2018), Santos (2016), Zamparetti (2014). Os resultados da pesquisa foram positivos, observou-se com base nas análises de dados uma maior percepção dos estudantes sobre o patrimônio, em que começam a conhecer quais povos indígenas viveram no município e quais sítios arqueológicos a região possui. Dessa forma, é notória a importância desse estudo para a região, uma vez que as práticas de educação patrimonial instigam o contato e interação das pessoas com o seu patrimônio, essas medidas devem ser cada vez mais dinâmicas, baseadas em um processo sistemático de difusão do patrimônio, pois esse contato, construção de conhecimento e valorização são fundamentais para preservação e memória dos patrimônios culturais e história local.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Patrimônio arqueológico, Passo de Torres.

INTRODUÇÃO:

O Estado de Santa Catarina possui uma história de longa duração, resultado de ocupações de povos que manifestavam diferentes culturas, dentre eles os grupos que habitaram por milênios o território, os povos indígenas, com datações que chegam há 11 mil anos atrás. Esse período de ocupação das terras catarinenses resultou em um rico e singular patrimônio cultural. Entretanto, esse patrimônio muitas vezes fica à margem da população, desvalorizados, sendo esquecido e depredado. A história dos povos indígenas em muitos casos é trabalhada nas escolas com uma realidade distante da nossa, com uma visão eurocêntrica de ensino.

A educação patrimonial é um conjunto de processos educativos que tem como foco o patrimônio cultural. A Arqueologia se apropria em suas pesquisas desta ferramenta, com a intenção de aproximar a comunidade através do diálogo e construção do conhecimento acerca dos patrimônios arqueológicos locais. Dessa forma a educação patrimonial está presente nos processos educativos formais e não formais, sendo essa realizada de forma dinâmica, permanente e sistemática nas comunidades e escolas visando à construção do conhecimento acerca do patrimônio cultural de forma coletiva e democrática (FLORÊNCIO *et al*, 2012).

A comunidade e os estudantes ao dialogar, conhecer e observar o patrimônio cultural se apropriam socialmente dele como recurso para a compreensão sócio-histórica da sua região, resultando assim, no reconhecimento, valorização e preservação dos patrimônios locais. Possibilitando assim que a sociedade crie um elo de identidade com o patrimônio e se sensibilize a preservá-lo. Zamparetti (2011, p. 30-31) aponta que só há preservação do patrimônio se houver identificação com o patrimônio.

Dessa forma, esta pesquisa lança como problema de pesquisa a seguinte questão: As atividades de educação patrimonial causam impacto na comunidade escolar de modo a sensibilizar os estudantes na valorização, preservação e difusão do patrimônio arqueológico do município de Passo de Torres-SC?

A partir do problema de pesquisa definimos o objetivo central a ser perseguido: analisar se as atividades de educação patrimonial causam impacto na comunidade escolar de modo a sensibilizar os estudantes na valorização,

preservação e difusão do patrimônio arqueológico do município de Passo de Torres-SC. Para alcançar o objetivo geral, nos apoiaremos nos seguintes objetivos específicos: realizar um levantamento de fontes bibliográficas primárias e secundárias uma análise dos documentos que relatem evidências de povos indígenas na região do município de Passo de Torres; desenvolver uma atividade de educação patrimonial com uma turma do ensino fundamental de uma escola do município de Passo de Torres; avaliar junto aos alunos o seu conhecimento acerca da pré-história e arqueologia regional prévio a atividade de educação patrimonial e posteriormente a atividade.

A pesquisa, quanto ao seu objetivo, será do tipo exploratória. A pesquisa exploratória segundo Gil (1994, p. 45) “caracteriza-se pelo aprimoramento de ideias e a descoberta de intuições. Utiliza-se do planejamento flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”. Apoiado em instrumentos como pesquisa de campo, questionários, documentos e dados de pesquisa anteriores, busquei na pesquisa qualitativa flexibilidade – importante fator para a interpretação da participação do sujeito no fenômeno estudado.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, se classifica como pesquisa bibliográfica, segundo Rauen (2002, p. 65) “[...]consiste na busca de informações bibliográficas relevantes para a tomada de decisão durante toda a pesquisa”. Para pesquisa de campo utilizou-se questionários com questões abertas e fechadas que serão respondidas pelos estudantes.

Foram aplicados questionários para compreender qual o conhecimento dos estudantes acerca do patrimônio arqueológico prévio a atividade de educação patrimonial e na sequência, ao desenvolvimento da atividade, aplicou-se outro questionário para analisar a percepção dos alunos sobre o patrimônio arqueológico após as atividades educativas. Através dos questionários e ao decorrer das ações educativas, pudemos compreender quais efeitos as atividades de educação patrimonial causam a comunidade escolar.

Essa pesquisa está estruturada em cinco capítulos sendo eles: Povos indígenas em Santa Catarina, em que se apresenta o processo de ocupação e características dos grupos indígenas que viveram e vivem no território de Santa

Catarina; Ocupação dos povos indígenas no litoral norte de Rio Grande do Sul e Extremo Sul Catarinense, no qual se apresenta os sítios cadastrados na região de Passo de Torres e municípios vizinhos, afim de compreender quais patrimônios arqueológicos a região possui; Patrimônio e atividades educativas, aborda acerca dos conceitos sobre patrimônio, dos processos legais e das medidas educativas como forma de inserir e discutir com a comunidade a temática patrimônio e as medidas de valorização e preservação; A educação patrimonial no âmbito escolar no município de Passo de Torres-SC que apresenta e discute as atividades de educação patrimonial realizadas com as turmas dos sextos da instituição escolar do município de Passo de Torres; e por fim, as considerações finais sobre o projeto e seus objetivos alcançados.

Esse trabalho tem grande relevância, uma vez que não ocorrem medidas de educação patrimonial sistemáticas no município, e muitas vezes o patrimônio arqueológico acaba sendo esquecido. Dessa forma, desenvolver atividades com as turmas, e iniciar um processo que deve ser contínuo de discussão sobre o patrimônio existente é muito importante para difusão, valorização e preservação dos patrimônios culturais na região.

POVOS INDÍGENAS EM SANTA CATARINA

A ocupação do estado de Santa Catarina pelos povos indígenas tem datações a partir de 11.000 anos atrás, habitavam em todo território catarinense diferentes grupos indígenas, como afirma Schmitz (2013, p.7):

[...] quando o clima se tornou mais ameno depois da última glaciação: caçadores da mata usando projéteis armados com pontas de pedra, pescadores do Oceano construtores de sambaquis, coletores de sementes que rebaixavam profundamente os pisos de suas casas e cultivadores de plantas tropicais vivendo em aldeias de boa estabilidade. São populações diferentes, que constituíam suas culturas em espaços e ambientes próprios. Embora nenhuma delas se tenha originado em Santa Catarina e seja exclusiva do Estado, todas tiveram ali uma longa trajetória, que compartilharam com populações semelhantes de áreas vizinhas.

Os povos indígenas com datações mais antigas de Santa Catarina são os grupos caçador-coletores que se distinguem em duas tradições tecnológicas: Umbu e Humaitá. Os grupos caçadores-coletores são reconhecidos no campo da arqueologia como grupos indígenas não-ceramistas ou pré-ceramistas, pois não se encontra vestígios de cerâmica nesses sítios arqueológicos. A tradição Humaitá tem como característica a presença de artefatos bifaciais de grande porte, mais robustos e com morfologia variada, como bumerangues, raspadores, lascas retocadas, entre outros. Enquanto a tradição Umbu se caracteriza principalmente pelas pontas de projétil. A terminologia 'tradição' na arqueologia é voltada a "grupo de elementos ou técnicas que se distribuem com persistência temporal", sendo então essas divisões de tradições marcadas pela presença ou ausência em sítios arqueológicos de artefatos (ou fósseis) guias. (ALVES, 2008, p. 64-65).

Segundo Prous (2006, p. 35) os sítios pré-cerâmicos da tradição tecnológica Umbu apresentavam:

[...] pontas de projétil de pedra bem elaboradas, lascadas bifacialmente, com pedúnculo, aletas e um corpo triangular. Junto a elas encontram-se numerosas lascas, por vezes retocadas em raspadores ou facas bifaciais e outros instrumentos especializados, em geral pequenos e poucos espessos, feitos de arenito ou de quartzo.

Ocupando as regiões litorâneas, arredores de rios, mares e lagoas habitavam os povos pescadores-caçadores-coletores, sendo eles conhecidos por serem os construtores de sambaquis. Sambaqui é uma palavra que origem Tupi, que significa, de acordo com DeBlasis *et al.* (2007, p. 30), "monte de concha", uma característica marcante desse tipo de sítio arqueológico.

Os Sambaquis são sítios arqueológicos que possuem uma forma monticular, no sul do estado de Santa Catarina foram encontrados sítios com datações a partir de 7 mil anos atrás e tinham principalmente a função ritualística, encontra-se pequenos montes de conchas conhecidos por serem os sambaquis tardios, como também os sambaquis monumentais com registro que ultrapassam 30 metros de altura (DEBLASIS *et al.*, 2007; GASPAR, 2000; KNEIP; FARIAS; DEBLASIS, 2018).

O processo de construção dos sambaquis se dá através do acondicionamento de materiais de origem animal, como: peixes, moluscos, mamíferos, aves. Resultantes da ação humana, que formam as camadas estratigráficas, essas camadas podem estar ligadas a contextos ritualísticos como sepultamentos, com presença de fogueiras, apresentar sementes carbonizadas, artefatos feitos de pedra, osso e concha. Dessa forma, a matriz de um sambaqui é formada por vestígios diretos de escolha e ação humana que contém elementos que poderão informar sobre a sociedade, a cultura e o ambiente em que esses povos estavam inseridos (GASPAR et al., 2002).

O primeiro grupo ceramista a chegar à região são os povos da etnia Macro-Jê com a tradição tecnológica Taquara-Itararé. E são considerados os antepassados dos índios Kaingang e Xokleng, que hoje vivem na região de São Paulo ao Rio Grande do Sul. Esse grupo está ligado principalmente às regiões do planalto onde tinham a prática da horticultura, além da caça e pesca. O principal sítio arqueológico encontrado são as casas subterrâneas (SCHMITZ, 2013, p. 8).

Segundo Prous (2006, p. 37) as casas subterrâneas são caracterizadas:

[...] por covas profundas de 3m até 18m de diâmetro e com profundidade de 1m até 6m, cavadas por picos de pedra no piso de alteração do arenito. A terra escavada era disposta em anel ao redor do buraco para desviar as águas enxurradas, e um poste central com cerca de 15cm de diâmetro levantava um teto de folhas, cujos caibros, calçados com pedras, se apoiavam ao redor da depressão. Uma fogueira era instalada no centro da estrutura alimentada por nós de pinhão.

Quanto à característica das cerâmicas taquara-itararé Prous (2006, p. 38) identifica que:

As oleiras taquara-itararé fabricavam vasilhas de forma mais simples, pequenas (com 20 a 30cm de diâmetro); algumas pouco profundas e abertas, outras com até 40cm de profundidade e paredes verticais. Os fundos são sempre arredondados, e as paredes apresentam por vezes furos de suspensão ou pequenas alças.

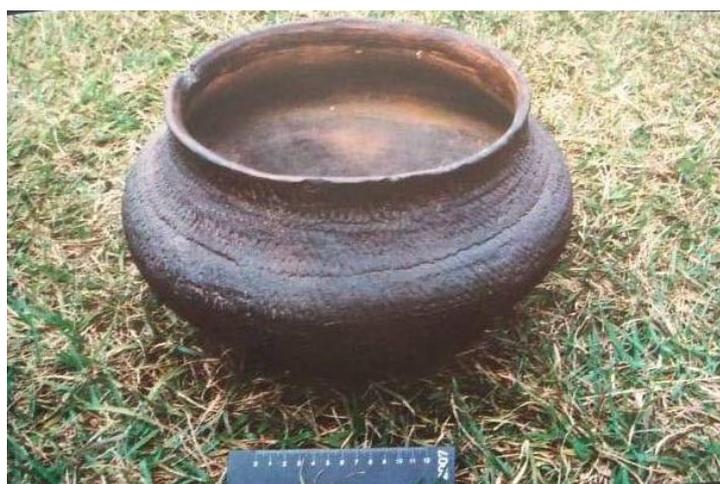
Além das cerâmicas e das casas subterrâneas encontra-se associados ao grupo Jê sítios formados por grandes estruturas de sociabilidade coletiva, chamadas ora de “danceiros”, ora “estruturas anelares”. Continham no interior dessas estruturas montículos com sepulturas de cremação. (SCHMITZ, 2013, p. 16)

Os grupos Guaranis ligados à família linguística Tupi-Guarani foram os últimos povos a chegar à região sul. Segundo Schmitz (2013, p.18) a população Guarani:

[...] construía aldeias que se compunham de várias casas, habitadas por famílias nucleares ou estendidas, que se desdobravam para ocupação de novas áreas. O sustento básico era fornecido por plantas tropicais trazidas de seu território de origem, como o milho, a mandioca, os feijões, o amendoim, a batata doce. A caça nas matas próximas à aldeia fornecia as proteínas animais; ela era voltada para animais de porte maior, que rendiam bastante carne e gordura; (...)O Guarani era uma população grande, densa, expansiva, sujeita a permanentes conflitos internos e de fronteira, que deixaram marcas bem visíveis nos seus restos de alimentos, onde ossos humanos quebrados, cortados e queimados aparecem com regularidade.

Os principais sítios guaranis encontrados caracterizam-se por sítios a céu aberto com manchas escuras, resultante das queimas, pisoteio e ocupação daquele local, como também as cerâmicas, sendo normalmente encontradas grandes quantias de fragmentos de cerâmicas. As cerâmicas guaranis são feitas pelas mulheres tendo tanto uma função prática do dia a dia como também ritualística, sendo utilizada como urnas funerárias (Prous, 2006, p. 80).

Figura 1: Vasilha cerâmica da tradição Tupi-Guarani encontrada no município de Passo de Torres-SC



Fonte: Grupep- Arqueologia.

No município de Torres-RS ainda hoje há uma aldeia indígena da etnia Mbya Guarani, essa comunidade localiza-se em Campo Bonito há mais de vinte anos. Até 2009 eles viviam acampados em áreas próximas à BR 101, apenas após as obras de duplicação da rodovia, com o licenciamento ambiental do empreendimento, se realizou a regulamentação da reserva indígena de Campo Bonito, conhecida como os indígenas como comunidade Tekoá Guapo'ý Porã.

OCUPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL E EXTREMO SUL CATARINENSE

O Município de Passo de Torres-SC está situado no extremo sul catarinense, as margens do rio Mampituba em que faz divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O município tem como limites: ao norte Balneário Gaivota, ao sul com Torres (RS), a oeste com São João do Sul e a leste com o Oceano Atlântico. A origem do nome se dá pelo trânsito de mercadorias, cargas e pessoas que realizavam esse transporte que vinham normalmente de Laguna- SC para o estado do Rio Grande do Sul. Esses locais às margens de rios, por serem conhecidos como lugares de passagem, são geralmente chamados de passos, até hoje o município tem o nome originário dessa relação como local transitório e se chama Passo de Torres.

Ao pesquisar na base de dados do Iphan de Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) não foi encontrado nenhum sítio arqueológico registrado no município de Passo de Torres. Apenas nos municípios vizinhos Torres- RS, Sombrio- SC e Balneário Gaivota- SC. Entretanto, Farias e Kneip (2010, p.221) informam sobre a existência de 5 sítios arqueológicos registrados na área de pesquisa. Tratam-se de sítios cerâmicos associados à Tradição Tupi-guarani contendo fragmentos de cerâmica e, em alguns casos apresentando manchas escuras e artefatos líticos polidos.

Nas cidades vizinhas em Balneário Gaivota - SC há o registro de apenas um sítio sambaqui, em Sombrio - SC são dois sítios ambos são sambaquis; na cidade de Torres-RS há 43 sítios arqueológicos registrados de diferentes tipologias. Como podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 1: Sítios arqueológicos nos municípios de Torres-RS, Passo de Torres- SC, Sombrio- SC e Balneário Gaivota- SC.

Município	Sítio	Descrição	Tipologia	CoordenadasUTM 22J
Passo de Torres	Passo de Torres I	Sítio cerâmico, apresentando material cerâmico disperso em uma área de aproximadamente 300 m ² , mapeado pela equipe do GRUPEP- Arqueologia.	Tupi- Guarani	623309 6763975
Passo de Torres	Passo de Torres II	Sítio cerâmico, com material disperso em uma área de aproximadamente 300 m ² , onde o proprietário do terreno localizou uma mão-de-pilão. Mapeado pela equipe do GRUPEP- Arqueologia.	Tupi- Guarani	622357 67759427
Passo de Torres	Passo de Torres III	Sítio cerâmico, apresentando pequena mancha com material cerâmico na superfície e no	Tupi- Guarani	622615 6759419

		entorno. Possui aproximadamente 25 m ² , está a 200 metros de um pequeno córrego. Mapeado pela equipe do GRUPEP-Arqueologia.		
Passo de Torres	Passo de Torres IV	Sítio cerâmico, com material cerâmico disperso em uma área de aproximadamente 500 m ² . Mapeado pela equipe do GRUPEP-Arqueologia.	Tupi-Guarani	062280 6759327
Passo de Torres	Passo de Torres V	Sítio cerâmico, com mancha escura disforme pela atuação do arado. Apresentando diversos remanescentes de vasilhas cerâmicas dispersas em superfície. Mapeado pela equipe do Grupep-Arqueologia	Tupi-Guarani	622515 6759338
Sombrio	Rio Novo	Sítio raso, tipo "sujo", quase à margem da Lagoa do Sombrio.	Sambaqui	

Sombrio	Portos	Sítio raso, com cascas de moluscos misturadas ao material arenoso-mangroviano.	Sambaqui	
Balneário Gaivota	Lagoa de Fora II	Material conchífero, próximo Lagoa de Sombrio.	Sambaqui	
Torres	Balneário de Itapeva		Cerâmico	620900 6747889
Torres	Caixa D'água	Concentração de cultura material numa faixa de paleossolo, areia marrom escura, entre dunas.	Cerâmico	619486 6748458
Torres	Camping Itapeva	Concentração de cultura material numa faixa de paleossolo, areia marrom escura, entre dunas.	Cerâmico	620622 6747552
Torres	Família Machado	Sítio Cerâmico Guarani em área arenosa com uma mancha preta em meio a roça de milho, a área é plana, próxima a estrada (BR-101).	Tupi-Guarani (habitação)	618750 6755749
Torres	Jazida de areia do lote I	Sítio cerâmico implantado em Duna Antiga, próxima à Lagoa de Itapeva.	Cerâmico (habitação)	614451 6745569

Torres	Quilombo dos palmares do tio Leco	Concentração de cultura material num campo arado.	Cerâmico (Histórico)	619416 6748747
Torres	RS - LN - 01	Concentração de cultura material numa faixa de paleossolo, areia marrom escura entre dunas.	Cerâmico Tupi- guarani e lítico	620042 6748752
Torres	RS - LN - 011	Concentração de cultura material num afloramento de rochas.	Lítico	621534 6751006
Torres	RS - LN - 012	Sítio com afloramento de moluscos, acúmulo de concha sem área de várzea. Casqueiro	Sambaqui	621401 6750518
Torres	RS - LN - 015	Concentração de cultura material numa faixa de paleossolo, areia marrom escura, entre dunas.	Cerâmico	620838 6750204
Torres	RS - LN - 016	Concentração de cultura material numa faixa de paleossolo, areia marrom escura, entre dunas.	Lítico	620832 6750864
Torres	RS - LN - 017	Concentração de cultura material numa faixa de	Cerâmico	620508 6749205

		paleossolo, areia marrom escura, entre dunas.		
Torres	RS-LN-019	Concentração de cultura material numa faixa de paleossolo, areia marrom escura, entre dunas.	Lítico	
Torres	RS - LN – 019	Concentração de cultura material numa faixa de paleossolo, areia marrom escura, entre dunas.	Cerâmico	621442 6752213
Torres	RS - LN – 020	Concentração de cultura material numa faixa de paleossolo, areia marrom escura, entre dunas.	Lítico	621819 6752804
Torres	RS-LN-021	Concentração de cultura material numa faixa de paleossolo, areia marrom escura, entre dunas.	Cerâmico e lítico	618699 6746998
Torres	RS - LN – 022	Concentração de cultura material numa faixa de paleossolo, areia marrom escura, entre dunas.	Cerâmico	618443 6746814
Torres	RS - LN – 06	Concentração de	Lítico e	619867

		cultura material ósseo numa faixa de paleossolo, areia marrom escura, entre dunas.		6748648
Torres	RS - LN - 08	Concentração de cultura material numa faixa de paleossolo, areia marrom escura, entre dunas.	Cerâmico	620599 6749643
Torres	RS - LN - 09 Cemitério de Itapeva	Concentração de cultura material numa faixa de paleossolo, areia marrom escura, entre dunas.	Cerâmico	620914 6749913
Torres	A RS - LN - 10	Concentração de cultura material numa faixa de paleossolo, areia marrom escura, entre dunas.	Cerâmico	620857 6750616
Torres	Nome desconhecido	Sítio com presença de instrumentos, mas não especificado o sítio		
Torres	Arroio da Lagoa do Jardim	Tradição Taquara-Itararé	Cerâmico	
Torres	Entre e Itapeva e Lagoa do Jardim		Sambaqui	

Torres	Itapeva II	Sambaqui de forma elíptica com material orgânico e conchífero.	Sambaqui
Torres	Itapeva III		Sambaqui
Torres	Itapeva I		Sambaqui
Torres	Morro das Pedras	Sambaqui de forma monticular elíptica. Com presença de gravuras rupestres.	Sambaqui
Torres	Olavo Peres	Formato de montículo elíptico de 800 m ² e 140cm de espessura e 3,80 m de altura.	Sambaqui
Torres	Praia cura D'are		Sambaqui
Torres	Praia Riviera		Ceramista
Torres	Sambaqui da Guarita	Sambaqui de forma elíptica, quase destruído, com material lítico, cerâmico europeu. Também esqueletos.	Sambaqui
Torres	Sambaqui do Arroio Seco		Sambaqui
Torres	Atlântico I		Sambaqui
Torres	Atlântico II	Sambaqui com presença de cerâmica Taquara	
Torres	Basílio Guilherme da Silva	Sambaqui com material lítico e matéria orgânica	Sambaqui
Torres	Paradeiro de		Sambaqui

Torres		
Torres	Bom Jesus 1 - Lagoa do Itapeva	Sambaqui com presença de cerâmica Taquara
Torres	Bom Jesus 2 - Lagoa do Itapeva	Sambaqui
Torres	Bom Jesus 3 - Lagoa do Itapeva	Sambaqui

Fonte: Adaptado FARIAS e KNEIP, 2010; MELCHIADES, 2017.

Na área de estudo dessa pesquisa que se caracteriza pela região do Extremo sul catarinense e norte gaúcho temos dados arqueológicos das primeiras ocupações indígenas com datações a cerca de 6.000 anos de ocupações ininterruptas, sendo sítios arqueológicos de diferentes grupos associados arqueologicamente às tradições Umbu, Humaitá, Sambaquieiras, Jê Meridionais e Guaranis (Campos et al., 2016, p. 64-65). Na figura abaixo é possível observar alguns dos sítios georreferenciados localizados na região dos municípios de Passo de Torres, Sombrio, Balneário Gaivota e Torres.

Figura 2: Sítios arqueológicos nos municípios de Passo de Torres- SC, Sombrio- SC, Balneário Gaivota- SC e Torres- RS.



Fonte: A autora, 2020.

Levando em consideração os números de sítios mapeados, é possível observar que poucas pesquisas foram realizadas na região. A mais recente está sendo realizada pela equipe de Arqueólogos da Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina – UNESC, no projeto Arqueologia Entre Rios, que trabalha com as regiões entre a foz do rio Urussanga e a foz do rio Mampituba (sentido norte – sul) e entre o Oceano Atlântico e as encostas da Serra Geral (sentido leste – oeste) (CAMPOS et al, 2013, p. 15). No entanto, nessa pesquisa não foi trabalhado ainda com nenhum sítio do município de Passo de Torres.

Campos e Santos (2018, p. 42) ressaltam que a região do Extremo Sul Catarinense foi alvo de pesquisas arqueológicas a partir da década de 60, dentre elas: Rohr (1982), Schmitz (1966, 1976, 1996, 1998), Schmitz et al. (1999), Lino e Campos (2003) e Farias (2005). Mas os dados arqueológicos da região até 2011 estão ligados principalmente ao resultado direto e indireto de pesquisas voltadas ao licenciamento ambiental. A falta de uma pesquisa sistemática para entender o processo de ocupação e registrar os sítios arqueológicos, resulta no pequeno número de sítios cadastrados.

As pesquisas arqueológicas alinhadas com atividades de educação patrimonial são fundamentais para a difusão do patrimônio e preservação dos sítios arqueológicos e das histórias das populações indígenas que viveram na região.

Dessa forma, para compreender a história local é imprescindível ter conhecimento do patrimônio arqueológico existente, para assim valorizar e reconhecer esse patrimônio como parte da nossa história.

PATRIMÔNIO E ATIVIDADES EDUCATIVAS:

A palavra patrimônio tem origem do latim *patrimonium* que significa herança paterna, no qual remete a noção de bens, objetos valiosos, memória, algo que se constrói e se acumula ao passar do tempo. Nesse sentido ao pensar em patrimônio podemos relacionar não somente ao valor econômico, mas ao valor afetivo, simbólico, sentimental, que nos remete a vínculos. Segundo Tolentino (2012, p.5) o patrimônio é:

um complexo de bens legados pelos nossos antepassados, representados não apenas no seu restrito sentido material, mas naquela condição de bens que assumem uma dimensão imaterial. Partindo desse exemplo, de forma mais ampla, percebemos que o conjunto de bens de valor com significado coletivo, a considerar a sua singularidade, representa o patrimônio de um grupo de pessoas, de um país ou até mesmo da humanidade.

O patrimônio e a cultura se relacionam intrinsecamente em um processo dinâmico de conhecimento, aprendizado, disposto de geração em geração como um legado cultural, construção de um sentimento e valor coletivo. Portanto, é a herança cultural acumulada ao longo do tempo pelos seres humanos, que são agentes formadores da história de uma sociedade. Tudo que é produto da ação consciente e criativa dos seres humanos sobre o meio em que vive é patrimônio cultural. (TOLENTINO, 2012, p.4-5)

D'Alessio (2012, p. 79-80) trata a ideia de patrimônio ligada inicialmente pela busca de preservar memórias, eternizar as marcas de uma sociedade, seus bens materiais e imateriais que emergem do social. A busca pela preservação do passado vem de uma relação afetiva pela memória e identidade.

Essa reflexão pretende partir da dimensão afetiva do impulso dirigido à preservação, porém historicizando-a, ou seja, colocando tal sensibilidade no tempo, com vistas a significá-la historicamente à medida que é transformada em patrimônio. (D'ALESSIO, 2012, p. 79)

Choay (2006), Tolentino (2012) e D'Alessio (2012) afirmam que o patrimônio é voltado à história das comunidades e da sociedade, estando ligadas intrinsecamente com a memória, lembranças e significados, criando a identidade de uma população.

A expressão Patrimônio Histórico segundo Choay (2006, p. 11) designa:

[...] um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos.

Ao discutir sobre os monumentos, Choay (2006, p.18) trabalha a origem da palavra que vem do latim *monumentum* derivado de *monere* que significa recordar. Quando chamamos algum bem de monumento é porque ele possui essência e ela é uma memória viva com capacidade para emocionar quem a vê e quem a conhece. O monumento não pode ser relacionado a algo neutro, pois ele é um lugar que está além do tempo, é uma garantia de origem.

A especificidade do monumento prende-se então, preciosamente, com o seu modo de ação sobre a memória. Não só ele a trabalha, como também a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente. Mas, esse passado invocado e convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: foi localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, diretamente, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade, étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar (CHOAY, 2006, p.18).

Essa necessidade de se preservar e criar o elo com o passado retrata a necessidade da estabilidade, principalmente quando analisamos as grandes mudanças da nossa sociedade nos séculos XVIII e XIX, com o surgimento da industrialização, e com ela a mudança da rotina na vida das pessoas, a mudança na relação com o tempo e da vida em comunidade. É nesse período também que temos o fortalecimento de instituições para proteger as memórias reais e imaginadas que iriam compor essa ideia de patrimônio coletivo e identidade.

A noção moderna de patrimônio surge do contexto da Revolução Francesa (1789) em que os revolucionários buscavam uma mudança política pautada na mudança enquanto nação. Nesse processo há uma ruptura com os

símbolos que representam o passado de domínio da aristocracia e do poder da igreja. Nesse momento surge um processo de reconstrução e ressignificação do passado, alinhado com os movimentos de preservação, conservação e de definição dos bens como patrimônio histórico, os patrimônios como memória coletiva e que por isso deveriam ser mantidos e conservados (D'ALESSIO, 2012).

A noção de patrimônio é, portanto, datada, produzida, assim como a idéia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e foi precedida, na civilização ocidental, pela autonomização das noções de arte e de história. O histórico e o artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação. (FONSECA, 2017, p. 35)

Os bens considerados patrimônios culturais da nação foram, durante muito tempo, apenas considerados os bens que representavam a elite, usados para contar apenas sua história, geralmente expondo uma versão vencedora. Assim, se construí um imaginário de heróis da nação pautados na hierarquia social em que raramente as figuras surgiam da base da população, era sempre a representação classe dominante. Isso é um reflexo da divisão da classe e do domínio político com bases da estrutura colonial de poder, uma estrutura verticalizada que representa e exalta apenas uma versão da história.

No Brasil, é somente a partir do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, com a criação do Sphan- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual Iphan: Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional) que é consolidado há a regulamentação minimamente adequada de proteção dos bens culturais brasileiros, no qual se definiu o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937)

A partir de 1980 se repensa o conceito de preservação e valorização que até o momento era considerado apenas para bens imóveis. Assim, inicia-se um processo de valorização a outras formas de patrimônio e manifestações culturais que se diferenciam dos bens materiais imóveis. Dessa forma, consideram-se patrimônio cultural brasileiro, conforme o artigo 216 da Constituição Federal de 1988:

Os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Ao considerar e propor medidas protetivas e preservacionistas aos bens materiais e aos bens intangíveis inicia-se um processo de reconhecimento e de registro das diversas formas e diversidades culturais do povo brasileiro, que durante muito tempo foram silenciadas e esquecidas. Nesse sentido, ao pensar em preservação do Patrimônio, pensamos além da preservação quanto a sua materialidade, mas também na sua preservação simbólica e intangível. Todo o registro e marcas da ocupação dos povos indígenas são considerados patrimônios arqueológicos e por isso são Bens da União descritos na Constituição Federal de 1988, Art. 216:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (...)

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

Os sítios arqueológicos são reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro e devem, portanto, ser preservados. Entretanto, durante muito tempo se teve depredações em grande escala de sítios arqueológicos, no Estado de Santa Catarina os Sambaquis foram os maiores alvos de mineração, indústrias mineradoras invadiam os sítios e destruíam para retirar as conchas e extrair o cal. Essa destruição desenfreada dos sítios foi o fator determinante para criação da Lei 3.924 de 26 de julho 1961, que trata da proteção aos bens arqueológicos:

Artigo 1 - Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 180 da constituição Federal (...)

Artigo 3 - São proibidos em todo território nacional o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiros ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e

objetos enumerados nas alíneas b, c e d do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas (Brasil, 1961).

O patrimônio arqueológico embora seja protegido por lei sua integridade não está garantida. Zamparetti (2014) discute sobre a eficácia das medidas protetivas realizadas arbitrariamente, pois em muitos casos essas medidas não surtem efeitos e os sítios constantemente estão expostos a práticas de vandalismo e destruição. Dessa forma, se faz necessário pensar em medidas de proteção que visem uma integração da comunidade com o patrimônio arqueológico, medidas que deveriam estar pautadas nas produções simbólicas, significantes, identitárias e memoriais de comunidades acerca da produção do seu patrimônio.

O conhecimento e consciência acerca do patrimônio são fundamentais num processo de preservação sustentável, pois, baseia-se no fortalecimento dos sentimentos de identidade e na apropriação do patrimônio pela comunidade. Nessa relação entre as comunidades e os órgãos responsáveis pela preservação dos bens culturais, há uma troca e construção de conhecimento mútuo sobre o patrimônio, com isso cria-se uma parceria para proteção, valorização desses bens (HORTA, 1999, p. 4-5)

O ato de sensibilizar as pessoas a conhecer e compreender os patrimônios culturais é realizado principalmente pelas práticas de educação patrimonial que se caracteriza, segundo Horta (1999, p. 5), “pelo diálogo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”.

Sensibilizar implica em romper as barreiras da indiferença, para Oliveira (2011, p. 167) sensibilizar, deriva do latim – *sensihilitas* –, em um sentido genérico, é a capacidade de sentir, de ser afetado por algo, tornar-se sensível a um agente externo. Dessa forma, quando é realizada uma atividade com intuito de gerar a valorização e preservação dos patrimônios, essa atividade é focada em sensibilizar as pessoas ao conhecer e entrar em contato com aquele patrimônio. Após esse contato e ao sentir-se afetado emocionalmente por algo, entramos em uma esfera individual de conscientização, dessa forma, ninguém conscientiza outra pessoa e

sim, sensibiliza ela a determinado assunto e ela em seu consciente irá refletir sobre o ocorrido.

A conscientização segundo Freire (1979, p. 14-15) é a compreensão de seres como agentes principais na história, assumindo a ação, o ser que para ser consciente é crítico e reflexivo sobre as coisas do mundo. A conscientização busca penetrar no objeto, sendo ela a pura “práxis”, baseada na ação, percepção, olhar e reflexão do mundo. A conscientização é algo além da tomada de consciência, não pode ser algo ingênuo, consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência no qual o ser humano assume uma posição epistemológica.

(...) a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exige que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece. (FREIRE, 1970 apud FREIRE, 1979, p. 15)

Corroborando com a ideia Tolentino (2012, p 7) diz que a educação patrimonial apresenta-se:

[...] como suporte de conhecimento a promover no indivíduo a noção de cidadania, desenvolvendo, assim, de modo coletivo, o sentido de pertencimento e apoderamento, elementos basilares para sensibilização da sociedade e geradores do orgulho e da auto-estima, que fazem elevar o senso de preservação do patrimônio cultural.

A educação patrimonial deve estar presente nos diferentes espaços de construção do conhecimento, sendo praticada de forma democrática e plural. Com o intuito de fazer com que através dessa construção de saberes e sensibilização sobre os patrimônios, a comunidade se aproprie desse bem; auxiliando na compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação (FLORÊNCIO 2012).

Quando pensamos na preservação dos sítios arqueológicos a educação patrimonial é de extrema importância. Pois, ela cumpre o papel educativo de discutir sobre os grupos indígenas e construir o conhecimento junto com a comunidade sobre a pré-história local. Observa-se a importância de trabalhar a pluralidade cultural nas instituições escolares, dessa forma foi incluso em 1988 nos parâmetros

Curriculares Nacionais da Educação a temática da pluralidade cultural como tema transversal de ensino. Entretanto, mesmo tratando de forma transversal havia uma abordagem muito superficial sobre essas temáticas nas aulas, principalmente no ensino fundamental. (GOULARTE e MELO, 2013, p. 35)

Posteriormente, como uma tentativa de promover de forma mais efetiva o conhecimento e o intercâmbio cultural da história e da cultura dos povos formadores da população brasileira, é promulgada a Lei n.º 10.639 em 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e prevê o ensino da história e da cultura afro-brasileira no currículo da educação básica. E posteriormente, em 2008 é implementada a Lei n.º 11.645, no qual acrescenta no currículo da educação básica o estudo da história e cultura indígena no Brasil.

As atividades educativas sobre o patrimônio arqueológico e a cultura indígena apresentam um novo olhar sobre a região, sensibilizando as pessoas a conhecer e reconhecer que o patrimônio arqueológico faz parte da nossa história e da localidade. Com essa relação de identidade e afetividade sobre o patrimônio, as pessoas vão criando em si a consciência de preservar e valorizar os bens culturais.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ÂMBITO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES-SC.

O intuito da pesquisa é compreender o impacto que as atividades de educação patrimonial causam na comunidade escolar. Para isso, foram realizadas atividades educativas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Rodrigues da Silva localizada no município de Passo de Torres-SC. A atividade foi desenvolvida com cinco turmas dos sextos anos, as atividades ocorreram no segundo semestre de 2020 e por conta da Pandemia do Covid-19 elas foram realizadas de forma remota.

As cinco turmas de sextos anos somam o número de 99 estudantes. Entretanto, participaram das atividades 30 estudantes, formando uma amostra de 30% do total das turmas. Infelizmente, a falta de participação dos estudantes nas aulas remotas é uma realidade em muitas escolas públicas principalmente do ensino

básico, pois as escolas não estavam habituadas com a ferramenta virtual de ensino, os alunos não estavam familiarizados com a plataforma, além de que a pandemia do Covid- 19 traz diversos fatores que dificultam o acesso, permanência e participação dos estudantes nas aulas, como por exemplo: Dificuldade no acesso a rede de internet, falta de aparelhos celulares ou notebooks para acompanhar os meios virtuais, além de outros motivos indiretos que interferem no desempenho dos estudantes.

As atividades foram desenvolvidas utilizando a plataforma MAZK de ensino e com apoio de outros programas como o Youtube, questionários no Google Forms e o WhatsApp. A atividade dividiu-se inicialmente na aplicação de um formulário com questões dissertativas, no qual pretendia-se entender quais conhecimentos prévios os estudantes possuíam sobre arqueologia e os povos indígenas em Passo de Torres e no estado de Santa Catarina. As questões foram abertas, entretanto todos os questionários abertos tiveram as questões agrupadas em respostas semelhantes para formar gráficos que possibilitem uma melhor visualização.

O primeiro formulário aplicado nos mostrou que os estudantes já possuíam algumas informações e conhecimento sobre os povos indígenas que habitaram a região. Mas, como veremos nos dados a seguir, essa percepção é voltada apenas para os povos mais recentes e que ainda vivem no território catarinense e gaúcho, não sendo mencionados os povos mais antigos, como os caçadores-coletores ou os sambaquieiros. A primeira questão do formulário inicial foi sobre o que eles conheciam a respeito da arqueologia. O resultado foi de que 32,1% dos estudantes afirmaram não saber nada sobre arqueologia, os demais tinham o conhecimento de que arqueologia estava voltada à história da sociedade humana, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 1: Primeira questão do formulário inicial “O que você sabe sobre arqueologia?”

O que você sabe sobre arqueologia?

28 respostas



Fonte: A autora, 2020.

Na sequência foi questionado sobre a existência de populações indígenas na região de Passo de Torres- SC, Apenas 7% dos estudantes responderam que não existiram populações indígenas na região e o restante afirmou que sim existiram.

Gráfico 2: Segunda questão do formulário inicial "Na sua opinião, existiram populações indígenas habitando na região aonde hoje é o município de Passo de Torres- SC?"

Na sua opinião, existiram populações indígenas habitando a região aonde hoje é o município de Passo de Torres-SC?

28 respostas



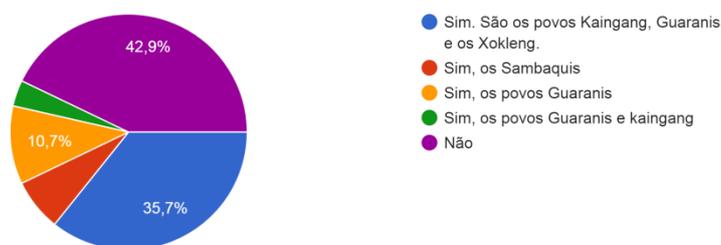
Fonte: A autora, 2020.

Posteriormente, foi questionado se eles sabiam quais grupos viveram e vivem no território catarinense. O resultado apresentado foi de 42,9 % dos estudantes que responderam não saber quais eram os grupos, enquanto os demais apresentaram

os grupos Guaranis e Jês. Os povos Sambaquieiros foram citados por 7% dos estudantes. É interessante observar que nenhum estudante mencionou os povos caçadores-coletores e as populações mais citadas são os povos ceramistas, que são populações que vivem no território de Santa Catarina e Rio Grande do Sul até hoje, como exposto no gráfico abaixo.

Gráfico 3: Terceira questão do formulário inicial “Você saberia dizer quais os grupos indígenas que viveram e vivem no território catarinense. Se sim cite-os.”

Você saberia dizer quais os grupos indígenas que viveram e vivem no território catarinense. Se sim cite-os?
28 respostas



Fonte: A autora, 2020.

Depois da aplicação do formulário inicial, foram realizadas duas videoaulas, que ficaram disponíveis através da plataforma MAZK de ensino virtual de forma expositiva, com textos introduzindo o conteúdo e vídeos autorais explicando sobre o que é arqueologia e os registros de ocupação indígena existentes em Santa Catarina. Posteriormente, foi realizada atividades sobre o conteúdo exposto com objetivo de fazer os estudantes refletir e compreender a temática do patrimônio apresentada nos vídeos. As videoaulas divididas em I e II contaram com a quantia de 72 e 57 visualizações, respectivamente.

Não foi possível realizar uma atividade de Webconferência com as turmas, por conta da dificuldade de acesso dos estudantes a plataforma. O formato de postagem e exposição do conteúdo se mostrou mais adequado e inclusivo para esse momento atípico de ensino remoto, já que assim eles teriam a liberdade de poder acessar as videoaulas de forma flexível.

Figura 2: Videoaula I Arqueologia e os Povos indígenas de Santa Catarina



Fonte: A autora, 2020.

Figura 3: Videoaula II Ocupação indígena no território catarinense.



Fonte: A autora, 2020.

Após as videoaulas os estudantes responderam questões sobre os temas abordados, no primeiro encontro as questões eram voltadas sobre a divisão da arqueologia brasileira e sobre a definição do que é arqueologia e sítios arqueológicos, as questões foram dissertativas, entretanto para melhor visualização das respostas elas foram agrupadas por semelhanças e apresentadas em gráficos. Podemos observar na figura 2 que a videoaula teve mais de 72 visualizações, no entanto apenas 26 estudantes responderam as questões.

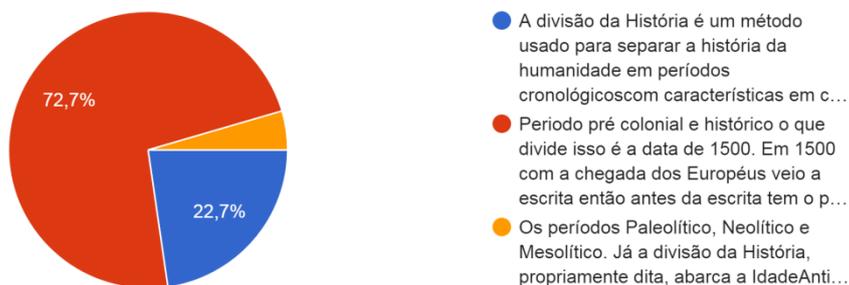
A primeira questão foi referente a divisão da arqueologia brasileira, “No Brasil a arqueologia é dividida em dois períodos, sendo o marco divisor a data de 1500. Cite quais são esses períodos e explique o motivo de existir essa divisão”.

A maioria dos alunos (72,7%) responderam que “São os períodos pré-colonial e histórico o que divide é a data de 1500. Em 1500, com a chegada dos Europeus vem a escrita, com a documentação dos registros pela escrita temos o período histórico e anteriormente é o período pré-colonial, pré- chegada do colonizador”. O restante relacionou a pergunta com a divisão dos períodos da história da humanidade, sendo que 22,7% responderam “A divisão da História é um método usado para separar a história da humanidade em períodos cronológicos com características em comum. A historiografia utiliza critérios para dividir os períodos. Geralmente, esses critérios estão relacionados aos aspectos de cada época como as mudanças significativas da humanidade no âmbito cultural, político e social”. Já 4,5% disseram que “A divisão da história é os períodos Paleolítico, Neolítico e Mesolítico. Já a divisão da História, propriamente dita, abarca a Idade Antiga, a Idade Média, a Idade Moderna e a Idade Contemporânea.”

Gráfico 4: Questão 1 aplicada após a videoaula I “No Brasil a arqueologia é dividida em dois períodos, sendo o marco divisor a data de 1500. Cite quais são esses períodos e explique o motivo de existir essa divisão.”

No Brasil a arqueologia é dividida em dois períodos, sendo o marco divisor a data de 1500. Cite quais são esses períodos e explique o motivo de existir essa divisão.

22 respostas

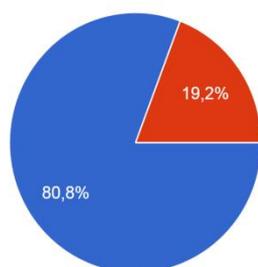


Fonte: A autora, 2020.

A segunda questão foi dissertativa a respeito do conceito de arqueologia. Como exposto no gráfico 5, 80,2% dos estudantes responderam que a “Arqueologia é a ciência que estuda as culturas e os modos de vida das diferentes sociedades humanas, tanto do passado como do presente, a partir da análise de objetos materiais”. O restante da turma respondeu que a arqueologia é “Ciência que, utilizando processos como coleta e escavação, estuda os costumes e culturas dos povos antigos através do material (fósseis, artefatos, monumentos etc.) que restou da vida desses povos”. O que demonstra um entendimento e compreensão sobre o tema discutido em aula, já que ambos responderam coerente a respeito da arqueologia, com exceção a menção sobre trabalhar com fósseis.

Gráfico 5: Questão 2 aplicada após a videoaula I “O que é arqueologia?”

O que é arqueologia?
26 respostas



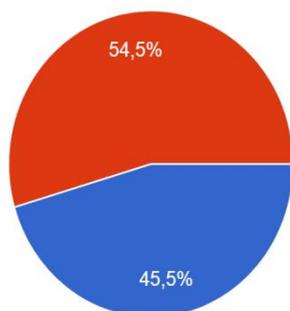
- Arqueologia é a ciência que estuda as culturas e os modos de vida das diferentes sociedades humanas -tanto do passado como do presente - a partir da análise de objetos materiais.
- Ciência que, utilizando processos como coleta e escavação, estuda os costumes e culturas dos povos antigos através do material (fósseis, artefatos, monumentos etc.) que restou da vida desses povos.

Fonte: A autora, 2020.

Na última questão voltada à definição de sítios arqueológicos, teve duas respostas que se repetiram mais vezes, as demais respostas estavam semelhantes. Relacionado aos sítios arqueológicos, 54,5% dos estudantes responderam que “Sítios arqueológicos são locais onde se encontram vestígios de ocupação humana. Através dos objetos e cultura material é possível descobrir a história daquela população”. E o restante mencionou que “Sítio arqueológico, local arqueológico ou estação arqueológica é um local ou grupo de locais - cujas áreas e delimitações nem sempre se podem definir com precisão - onde ficaram preservados testemunhos e evidências de atividades do passado histórico, seja, esse, pré-histórico ou não”.

Gráfico 6: Questão 3 aplicada após a videoaula I “O que é sítio arqueológico?”

O que é sítio arqueológico?
22 respostas



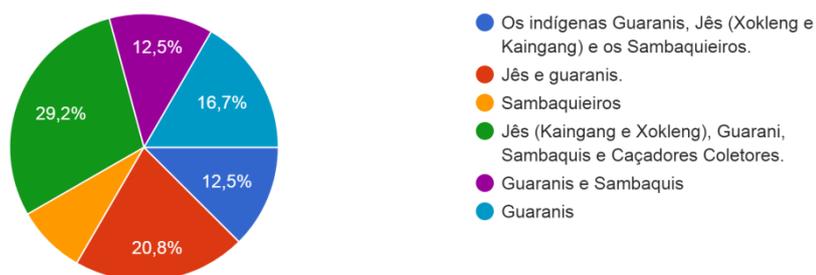
- Sítio arqueológico, local arqueológico ou estação arqueológica é um local ou grupo de locais - cujas áreas e delimitações nem sempre se podem definir com precisão - onde ficaram preservados testemunhos e evidência...
- Sítios arqueológicos são locais onde se encontram vestígios de ocupação humana. Através dos objetos e cultura material é possível descobrir a história daquela população.

Fonte: A autora, 2020.

No segundo vídeo aula a questão foi a respeito das populações indígenas que habitaram a região onde hoje é o município de Passo de Torres. Os povos Guaranis foram mencionados por 82% dos estudantes, 60% mencionaram também as populações Jês e sambaquieiros. Abaixo segue o gráfico das respostas dos estudantes, apenas 29,2% das respostas citaram os quatro grupos: Sambaquis, caçadores-coletores, Jês e Guaranis.

Gráfico 6: Questão 1 aplicada após a videoaula II “Antes da chegada do colonizador as terras brasileiras eram ocupadas por mais de 3 milhões de indígenas, e mais de mil etnias diferentes. Os indígenas ocupavam toda extensão das terras brasileiras, desde o litoral até o interior. Atualmente no Brasil existem mais de 820 mil indígenas dentre 300 etnias diferentes. Com base no exposto, responda: Quais povos indígenas viveram na região aonde é hoje o município de Passo de Torres-SC? ”

Antes da chegada do colonizador as terras brasileiras eram ocupadas por mais de 3 milhões de indígenas, e mais de mil etnias diferentes. Os ...ão aonde é hoje o município de Passo de Torres-SC?
24 respostas



Fonte: A autora, 2020

As respostas da atividade acerca das populações indígenas que viveram na região de Passo de Torres quando comparado com as respostas presente no gráfico 3 do formulário inicial, nota-se uma mudança na percepção dos estudantes, pois anteriormente ninguém comentou sobre caçadores-coletores e pouquíssimos alunos mencionaram os sambaquieiros. Nesse momento já temos metade da amostra que

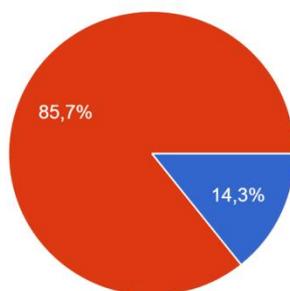
cita as populações indígenas pré-ceramistas, o que demonstra que após as atividades eles adquiriram essa percepção e formação do conhecimento a respeito das diferentes populações que viveram na região. É interessante ressaltar também, que a maioria dos estudantes que comenta sobre os grupos ceramistas jês eles associam as etnias Kaingang e Xokleng que são populações que vivem atualmente no território catarinense, assim como os Guaranis.

Para finalizar as atividades foi realizado um último formulário com questões objetivas acerca da arqueologia e os povos indígenas, questões de autoavaliação no qual os estudantes precisavam avaliar o seu processo de aprendizagem e compreensão do tema através da metodologia proposta e por fim, uma avaliação da dinâmica e metodologia apresentada nas aulas. No formulário inicial participaram 28 estudantes, entretanto no formulário final a amostra reduziu para 14 participantes.

A primeira questão do formulário retomou o conceito de arqueologia, a maioria dos estudantes 85,7% responderam corretamente, entretanto mesmo sendo discutido sobre a função e objeto de estudo da arqueologia na videoaula I, 14,3% dos estudantes associaram a arqueologia com a paleontologia, essa relação é comum, pois há uma grande reprodução errônea na mídia de personagens retratados como arqueólogos que desenvolvem funções de paleontólogos.

Gráfico 7: Questão 1 aplicada no formulário final retomando os conceitos “o que é arqueologia?”

O que é arqueologia ?
14 respostas



- A Arqueologia é a ciência que estuda os dinossauros e suas marcas deixadas no ambiente.
- A Arqueologia é a ciência que estuda os seres humanos através de toda marca humana deixada no ambiente.
- A Arqueologia é a ciência responsável pelo estudo dos planetas.

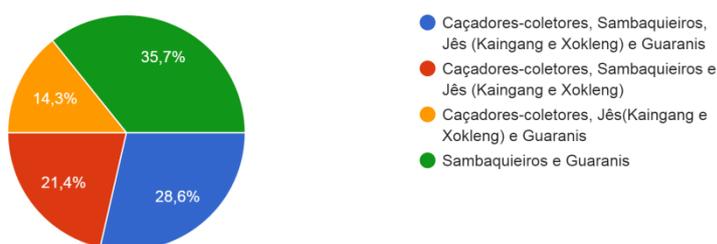
Fonte: A autora, 2020

A segunda questão do formulário final é relacionada as populações que habitaram a região de Passo de Torres. No gráfico abaixo observa-se que 28,6% dos estudantes responderam que na região habitou os quatro grupos indígenas: Caçadores-coletores, Sambaquieiros, Jês e Guaranis. E a maioria dos estudantes, 85,7% associaram as populações sambaquieiras e guaranis. Podemos associar essa escolha ao fato de que os sítios mais próximos da escola são sambaquis e no Passo de Torres os únicos sítios cadastrados são sítios guaranis, dessa forma associado ao cadastro de sítios em Passo de Torres essa seria a resposta correta, entretanto quando analisamos o entorno da região observamos que há presença de diversos grupos, como: os caçadores-coletores associados mais a encosta da serra, os guaranis no interior e litoral, os jês e os Sambaquis no litoral e próximo a lagoa de Sombrio localizada no interior.

Gráfico 8: Questão 2 aplicada no formulário final “Selecione a resposta correta sobre quais populações indígenas viveram na região aonde hoje é o município de Passo de Torres- SC?”

Selecione a resposta correta sobre quais populações indígenas viveram na região aonde hoje é o município de Passo de Torres-SC.

14 respostas



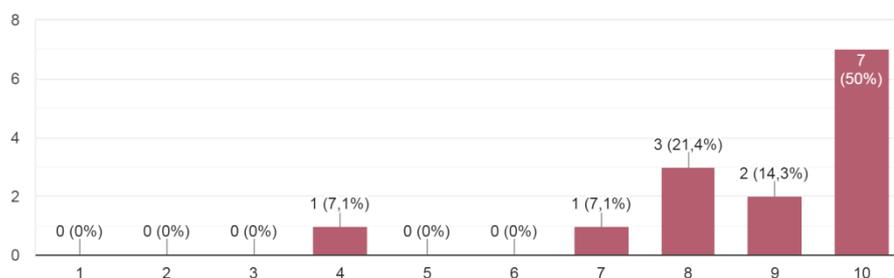
Fonte: A autora, 2020.

A próxima questão é uma autoavaliação a respeito do aprendizado e compreensão do tema após a atividade desenvolvida. Nos resultados temos a maioria com nota máxima e apenas um estudante com a nota inferior a sete, como exposto no gráfico abaixo. O gráfico condiz com as atividades desenvolvidas pela

turma, já que a maioria que participou das atividades durante a aula teve um bom desempenho e conseguiu compreender o tema proposto.

Gráfico 9: Questão 3 aplicada no formulário final em que os estudantes deveriam se autoavaliar “Como você avalia o seu aprendizado sobre o conteúdo após os vídeos e as atividades de arqueologia? (nota 1 se não compreendeu o conteúdo e 10 se conseguiu compreender o conteúdo)”

Como você avalia o seu aprendizado sobre o conteúdo após os vídeos e as atividades de arqueologia? (nota 1 se não compreendeu o conteúdo e 10 se conseguiu compreender o conteúdo)
14 respostas

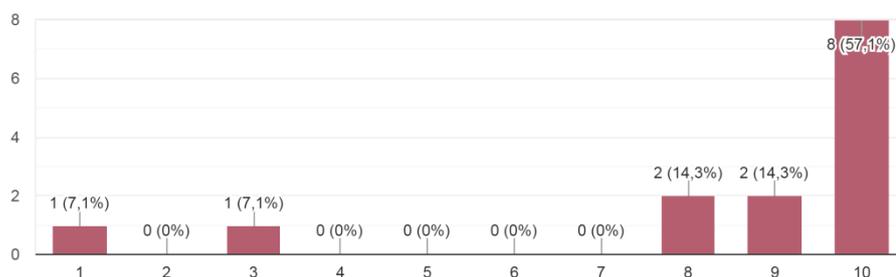


Fonte: A autora, 2020.

A última questão do formulário foi relacionada a como os estudantes avaliaram a metodologia e desenvolvimento das atividades, os resultados foram interessantes, pois temos a maioria que deram nota máxima, entretanto 14% deram nota inferior a cinco.

Gráfico 10: Última questão aplicada no formulário final em que os estudantes deveriam avaliar o desenvolvimento da atividade desenvolvida “Como você avalia o desenvolvimento da atividade e vídeos explicativos sobre Arqueologia? (nota 1 se não gostou dos vídeos e não conseguiu compreender o tema e 10 se gostou dos vídeos e conseguiu compreender o conteúdo)”

Como você avalia o desenvolvimento da atividade e vídeos explicativos sobre Arqueologia ?(nota 1 se não gostou dos vídeos e não conseguiu compr...dos vídeos e conseguiu compreender o conteúdo)
14 respostas



Fonte: A autora, 2020.

Como observamos no gráfico acima, teve pontos extremos entre as respostas, enquanto a maioria pontuou com uma média superior ou igual a oito, teve duas avaliações negativas. As notas 3 e 1 serão analisadas como dados outliers, pois eles apresentam informações contraditórias, pontos fora da curva. O participante que deu a nota 3 adicionou nos comentários a respeito das aulas: “muito bom”. Quando analisado individualmente o formulário, o mesmo estudante respondeu todas as questões corretamente, o que demonstra que ele compreendeu o conteúdo, assim, a avaliação negativa não teria fundamento.

Entretanto também é importante analisar de forma crítica esses pontos fora da curva. Já que estamos em um ambiente de aprendizado atípico em que todos estão se habituando a nova forma de ambiente escolar. O ensino remoto traz uma abordagem e interação que requer um entrosamento e disciplina maior do estudante e do professor, pois nesse sistema perdemos o contato mais próximo e a fluidez da aula. Embora a aula fique disponível na sala online, é necessária uma disciplina dos estudantes para acessar os conteúdos e desenvolver as atividades. A ferramenta virtual de ensino ainda é uma novidade, e com esse sistema dificultou as dinâmicas que inserem o estudante no meio prático, entendendo as diversas populações indígenas pelos diferentes modos de fazer e seus vestígios arqueológicos.

Com base nas atividades desenvolvidas percebemos que as ações de educação patrimonial causam um impacto positivo, é notório que os estudantes ampliaram seu conhecimento acerca das populações indígenas que viveram no

estado de Santa Catarina e na região de Passo de Torres. Sendo esse um ponto principal para se chegar a uma conscientização e preservação dos patrimônios culturais; primeiramente conhecer a história local, os povos que viveram e deixaram suas marcas na região, para assim, seguir num processo de identificação e apoderamento desses patrimônios culturais como formadores da identidade local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises dos dados obtidos e nas atividades desenvolvidas nesse projeto podemos observar a importância das atividades de educação patrimonial para ampliar os conceitos sobre a história local. A educação patrimonial, segundo Tolentino (2012) é um processo sistemático de ensino que precisa ser democrático e plural. Dessa forma, essas atividades eles não podem ser apenas expositivos, elas precisam ser interativas. A comunidade ou os estudantes precisam conhecer o patrimônio e suas histórias, a partir disso construir o significado que motiva aquele sítio ou aqueles vestígios serem importantes na história local e por tanto serem valorizados e preservados.

As atividades de educação patrimonial desenvolvidas nesse projeto resultaram em dados positivos. Observamos uma mudança no pensamento dos estudantes acerca da ocupação na região do extremo sul catarinense pelas populações indígenas. Inicialmente, os únicos povos citados eram os povos ceramistas, posteriormente se tem o conhecimento a respeito dos povos mais antigos, pré-ceramistas: sambaquieiros e caçadores-coletores. Dessa forma, reconhecer que a região possui uma história de longa duração, com registros além do processo de colonização e formação dos municípios atuais, é muito importante no processo de valorizar da cultura indígena e preservação dos patrimônios arqueológicos.

Um dos pontos cruciais do projeto foi a metodologia utilizada, em que a atividade de educação patrimonial aconteceu em ambiente virtual em um momento de adaptação de professores e alunos em meio a pandemia. A metodologia utilizada foi expositiva e não dialogada, a única forma de contato era pela ferramenta tutor do sistema MAZK, grupo do WhatsApp das turmas e pelas respostas obtidas ao decorrer das aulas. Criar uma aula atrativa, dinâmica e plural a respeito do

patrimônio, sem o contato com os estudantes, a troca de conhecimento e as diferentes percepções deles sobre o tema, foi algo desafiador. Mas mostrou que as ferramentas virtuais de comunicação quando bem utilizadas podem ser uma boa forma de abordagem inicial.

Os objetivos da pesquisa foram atingidos, é possível observar uma mudança na percepção dos estudantes a respeito do patrimônio, mas essa temática não é algo acabado. As discussões sobre o patrimônio, os motivos para se preservar, ressaltar e enaltecer a história e os processos de formação das sociedades indígenas não podem cessar em um único projeto. É necessária uma proposta de educação patrimonial sistemática na região que vise a difusão e valorização dos patrimônios culturais nas escolas.

Como citado anteriormente, a educação patrimonial é um processo sistemático, nesse projeto iniciamos com a abordagem a respeito da ocupação indígena e dos patrimônios arqueológicos existentes na região, entretanto para medidas efetivas de difusão e preservação é necessária uma série de atividades que envolvam os estudantes e a comunidade, a fim de conhecer, sensibilizar, se identificar, reconhecer, valorizar e preservar os bens arqueológicos. Esse reconhecimento e identificação com o patrimônio não é algo que se aprende e se forma em duas videoaulas, é algo que se constrói no meio coletivo através do processo de análise, discussão e interação com essa memória e patrimônio.

REFERÊNCIAS

ALVES, Constantino Camila. **Análise Zooarqueológica de um sambaqui fluvial: O caso do sítio Capelinha I.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa.** São Paulo: CengageLearning, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo no 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994, Brasília, Brasil Câmara dos Deputados, Edições Câmara - 2012, 1988. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/constituicao-federal>> Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. **Lei no 3.924, de 26 de julho de 1961.** Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos Brasil, 1961. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, 1937. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 18 nov. 2020.

CAMPOS, Juliano Bittencourt. 2018. **Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Linha de Transmissão 230 KV Torres 2 - Forquilha.** Municípios de Torres, Passo de Torres, São João do Sul, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Ermo, Turvo, Meleiro, Nova Veneza e Forquilha. Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

CAMPOS, Juliano Bitencourt; et al. **Arqueologia entre rios:** do Urussanga ao Mampituba. Registros arqueológicos pré-históricos no extremo sul catarinense. V. X, nº20. Pelotas, RS: Editora da UFPEL, 2013

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2006.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. **Metamorfose do patrimônio:** O papel do Historiador. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n 34. 2012. 79-89 p.

DEBLASIS, P.; KNEIP, Andreas; SCHEEL- YBERT, Rita; GIANNINI, Paulo C.; GASPAR, Maria D. **Sambaquis e Paisagens**: dinâmica natural e regional no litoral sul do Brasil. Revista Arqueologia Sul Americana, p. 29 – 61. Janeiro, 2007.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. **Distribuição e padrão de assentamento. Propostas para sítios da Tradição Umbu na Encosta de Santa Catarina**. 2005. Tese (Doutorado) – Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2005.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. **Dossiê de preservação para o parque arqueológico do sul**. Tubarão, SC. Relatório tecno-científico, 2009.

FARIAS, Deise Scunderlick Eloy de; KNEIP, Andreas. **Panorama Arqueológico de Santa Catarina**. Palhoça: Editora Unisul, 2010. 306 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2a ed. Rio de Janeiro: MinC – Iphan, 2017.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; et al. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014

FREIRE, Paulo. **Conscientização teoria e prática da libertação**: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire/ Paulo Freire; [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GASPAR, Maria Dulce et al. **Padrão de assentamento e formação de sambaquis**: Arqueologia e preservação em Santa Catarina. Revista de Arqueologia do IPHAN, v. 1, p. 57-62, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.a., 2002. rever

GOULARTE, Raquel da Silva; MELO, Karoline Rodrigues de. **A lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental**- Entre textos, Londrina, v.13, nº 02, p. 33- 54, jul./dez. 2013-

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico da Educação Patrimonial**. Museu Imperial / DEPROM - IPHAN - MINC. 69 p.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Cartas patrimoniais**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. / Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. 104 p. : il. color. 30 cm. – (Caderno temático)

KNEIP, A.; FARIAS, D. S.; DEBLASIS, P. **Longa duração e territorialidade da ocupação sambaquieira na laguna de Santa Marta, Santa Catarina**. Revista de Arqueologia, v. 31, n. 1, p. 25–51, 25 jun. 2018.

LINO, Jaisson Teixeira; CAMPOS, Juliano Bitencourt. **Expedições arqueológicas do sul do estado de Santa Catarina**. Revista de Ciências Humanas, Criciúma, v. 9, n. 1, p. 17-34. 2003.

MARCONI, Marina de Andradde; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.a., 1996.

MELCHIADES, Carlos Eduardo Ferreira. **Mapeamento do Patrimônio Arqueológico do Rio Grande do Sul: Um ponto, uma linha e um horizonte**. 2017. 137f. Dissertação- Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

OLIVEIRA, Magalhães; MARTINS, Solange Martins. **Afetar e sensibilizar na educação: uma proposta transdisciplinar** Linhas Críticas, vol. 17, núm. 32, enero-abril, 2011, pp. 163-181 Universidade de Brasília, Brasil.

PELEGRINI, Sandra. **Memórias e identidades: a patrimonialização e os usos do passado**. Anos 90. Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 87-115, dez. 2018

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 2 ed. 112 p.

RAUEN, Fabio José. **Roteiros de Investigação científica**. Tubarão: Editora Unisul, 2002.

ROHR, João Alfredo. **Sítios arqueológicos de Santa Catarina**. Anais do Museu de Antropologia da UFSC, 17: 77-168. 1984.

SANTOS, Marcos César Pereira; PAVEI, Diego Dias; CAMPOS, Juliano Bitencourt. **Arqueologia Entre Rios: do Urussanga ao Mampituba**. Paleoambiente, cultura material e ocupação humana na paisagem litorânea do extremo Sul catarinense entre 3.500-200 anos. Revista Cadernos do CEOM. Estudos arqueológicos regionais – v. 29, n. 45, 2016

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Acampamentos Litorâneos em Içara-SC**. Um Exercício em Padrão de Assentamento. Clio 1 (11): 99-118, 1995-1996.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **A ocupação pré-histórica do estado de Santa Catarina**. Revista Tempos Acadêmicos, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica, nº 11, 2013, Criciúma, Santa Catarina.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **As tradições ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro**. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. Documentos 2: 75-130. 1988.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Catálogo de Registro dos Sítios Arqueológicos do Rio Grande do Sul**. Instituto Anchietano de Pesquisas. São Leopoldo, 1966. RS-201 (Itapeva).

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Escavação do sambaqui Sebastião Geraldo, Içara/SC**. Relatório de Campo. IAP: São Leopoldo. 1998.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. et. al. **Içara: Um Jazigo Mortuário no Litoral de Santa Catarina**. Pesquisas, Antropologia, n. 55. São Leopoldo. 1999.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Paradeiros guaranis em Osório (Rio Grande do Sul)**. 1958. Pesquisas, 2:113-143.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Sítios de pesca lacustre em Rio Grande, RS, Brasil**. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas. 1976.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**/Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes. – 4. ed. rev. atual.– Florianópolis: UFSC, 2005.138p.

ZAMPARETTI, Bruna Cataneo. **Sambaqui Cabeçuda 01**: Um território resiliente. Dissertação. Mestrado em Ciências da Linguagem, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão-SC, 2014.

ZAMPARETTI, Bruna Cataneo, FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. **Patrimônio Arqueológico e Preservação** – Avaliando a Percepção da Comunidade de Garopaba do Sul, Jaguaruna –sc, Sobre o Patrimônio Arqueológico Local. Tubarão, 2010.